



### **A dupla transgressão da mulher militante:**

#### **Uma análise do movimento estudantil fortalezense sob a perspectiva das relações de gênero (1964-1972)**

Athaysi Colaço Gomes<sup>1\*</sup>

**Resumo:** A proposta deste trabalho é discutir a participação feminina no movimento estudantil secundarista fortalezense que se opôs à ditadura civil-militar instaurada no Brasil, em 1964, a partir da construção das memórias sociais de homens e mulheres que vivenciaram este período da história nacional.

**Palavras-Chave:** Movimento Estudantil, Gênero, Ditadura Militar

A escolha por analisar a experiência de mulheres no movimento secundarista em Fortaleza durante a ditadura militar decorre da percepção do escasso espaço destinado às figuras femininas na historiografia em geral, especialmente em relação a assuntos tidos como “essencialmente masculinos” como a ocorrência de guerras, assuntos políticos ou a formação de grupos políticos clandestinos em contextos autoritários. Embora, nos últimos anos a publicação de temáticas referentes aos estudos de gênero e à história das mulheres contribuiu bastante para alterar essa realidade. Para este trabalho foram selecionadas como fontes as entrevistas com os seguintes depoentes: Maria do Carmo Moreira<sup>2</sup>, Helena Serra Azul<sup>3</sup>, Mirtes Nogueira<sup>4</sup>, Inocêncio Uchôa<sup>5</sup> e José Machado Bezerra<sup>6</sup>.

---

<sup>1</sup> Mestranda do programa Mestrado Acadêmico em História e Culturas da Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: athaysicolaco@gmail.com.

<sup>2</sup> Foi estudante secundarista da Escola Justiniano de Serpa e militante da Ação Popular (AP). Membro do Centro dos Estudantes Secundaristas Cearenses (CESC). Atualmente, é diretora do Sindicato dos aposentados fazendários do Ceará.

<sup>3</sup> Foi militante da Juventude Estudantil Católica (JEC) enquanto estudante secundarista e militante da Ação Popular (AP) quando ingressou no curso de Medicina da Universidade Federal do Ceará. Atualmente, é professora do curso de Medicina da referida Universidade e filiada ao PC do B.

<sup>4</sup> Estudante secundarista da Escola Justiniano de Serpa e militante da Ação Popular (AP). Membro do CESC.

<sup>5</sup> Militante trotskista e estudante do curso de Direito na Universidade Federal do Ceará. Atualmente, advogado da Gomes e Uchôa Advogados Associados.

<sup>6</sup> Estudante do Liceu. Militante da Aliança Nacional Libertadora (ALN) e do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) enquanto aluno do Curso de Física da Universidade Federal do Ceará. Atualmente, é professor aposentado.



### **III Seminário Nacional de História e Contemporaneidades** **Brasil: autoritarismo, cultura política e direitos humanos**

Universidade Regional do Cariri-URCA, Crato-CE de 6 a 9 de Março de 2018

A fim de analisar a construção das memórias e as experiências das mulheres no movimento estudantil secundarista fortalezense, é necessário relacionar a participação das mulheres em espaços públicos e políticos com o aprofundamento dos debates em torno do papel social da mulher e das hierarquias de gênero na sociedade brasileira. Embora o questionamento das desigualdades em torno dos papéis sociais de gênero, seja identificado como uma pauta progressista e dos movimentos sociais de esquerda, durante os anos 1960 boa parte das manifestações de mulheres que ganharam as ruas do Brasil se identificavam com setores mais reacionários da política nacional e foram às ruas justamente contra as reformas sociais propostas pelo então presidente da república, João Goulart. Em defesa dos valores cristãos, da família e da pátria, milhares de mulheres das mais diversas condições socioeconômicas ocuparam as ruas na famosa “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”.

As experiências vivenciadas durante o período da ditadura militar brasileira foram múltiplas e muito relacionadas aos perfis sociais, econômicos, educacionais, geracionais dos indivíduos. Nesse sentido, as experiências sociais também estão relacionadas com os aspectos de gênero. Gênero é aqui abordado a partir dos estudos das pesquisadoras Joan Scott (1988) e Judith Butler (2016) que, de diferentes formas, contribuem para uma elucidação do conceito de gênero como categoria de análise social e relacional. A perspectiva almejada não é abordar as experiências de homens e mulheres como sendo diametralmente opostas e homogêneas entre si, mas se esforçar para compreender em que medida a construção de perfis sociais atribuídos a homens e a mulheres influenciou nas experiências sociais destes enquanto militantes.

Segundo Butler:

“[...] que configuração de poder constrói o sujeito e o Outro, essa relação binária entre “homens” e “mulheres”, e a estabilidade interna desses termos? Que restrição estaria operando aqui? Seriam esses termos não problemáticos apenas na medida em que se conformam a um matriz heterossexual de conceituação do gênero e do desejo? O que acontece ao sujeito e à estabilidade das categorias de gênero quando o regime epistemológico da presunção da heterossexualidade é desmascarado, explicitando-se como produtor e reificador dessas categorias ostensivamente ontológicas? (2016, p. 8)

A execução desse papel estritamente abnegado das mulheres é mais uma vontade coercitiva das Instituições do que uma realidade geral às mulheres. Mesmo que historicamente, as mulheres tenham sido rejeitadas e não encorajadas a participar dos âmbitos público e político, os indivíduos não são passivos e apenas reprodutores das condições sociais e históricas de seu



tempo. A transgressão, o desvio e a performatividade fazem parte da experiência humana e são utilizadas pelas mulheres em diferentes graus e contextos.

Segundo o que afirmam as historiadoras Joana Maria Pedro e Cristina Wolff:

No mesmo período, a ação do movimento de mulheres e feministas, que nos Estados Unidos e em países da Europa Ocidental reunia milhares de manifestantes nas ruas lutando por direitos e, ainda, reunia grupos de consciência em várias cidades buscando mudança cultural, não pôde ser vivida da mesma maneira nestes países que estavam vivendo sob ditadura. As ditaduras dos países latino-americanos, tenham elas começado nos anos 60, como no Brasil, ou nos 70, como no Uruguai e Chile, geraram um contexto muito diferente, impedindo ou restringindo as ações dos movimentos sociais em geral, criando, assim, condições diferenciadas para o feminismo que emergiu nesses países.

Estes regimes, além de serem antidemocráticos e de instituírem formas de apropriação de riqueza altamente hierarquizadas, eram conservadores, moralistas e antifeministas. Desta forma, o movimento que se pode observar nos países nos quais a democracia prevaleceu não aconteceu nestes países sob ditaduras. Mesmo assim, desde os anos setenta, muitas mulheres destes países passaram a se identificar com o feminismo. (2011. p.400-401)

Embora as depoentes as quais tivesse acesso para a realização dessa pesquisa não se autodeclararam feministas, mas é salientado nas suas narrativas memorialistas as mudanças exigidas pela juventude, especialmente pelas mulheres. Sobre isso, Helena Serra Azul menciona que: “A nossa geração rompeu muita coisa, desde os anticoncepcionais, as minissaias, os questionamentos do autoritarismo, a própria família ser montada do ponto de vista do patriarcado” (Entrevista realizada em: 14/05/2013, Fortaleza-CE).

Inocência Uchôa também destaca os movimentos sociais daquele contexto histórico como influenciadores para a juventude brasileira:

Todo mundo lutava contra a guerra do Vietnã, pelas guerrilhas latino americanas, pela tomada do poder em Cuba, pelos ideais de liberdade nos países puxados pela revolução cubana e por Guevara, ai surgiram os movimentos de insurgência que influenciaram diretamente os EUA na luta pela emancipação dos negros, surgiram os Black Power, as lutas das minorias, as mulheres pra se emancipar do domínio masculino, da ditadura masculina, na música os Beatles, são um produto da nossa geração, ao mesmo tempo em que são produtos, eles ajudam a geração a se concretizar, Fortaleza mesmo, tiveram greves operárias grandes, o movimento da intelectualidade vinha já lutando, o movimento das mulheres, teve todo um conjunto, não foi um golpe só, foram vários. A discriminação da ditadura contra as pessoas era terrível, contra as mulheres, contra os negros. Nós lutávamos por um governo economicamente e socialmente socialista. (Entrevista realizada em: 14/05/2013, Fortaleza-CE.)

A recordação dos depoentes revela a dinâmica entre os anseios da juventude e a ação controladora dos agentes da ditadura na tentativa de salvaguardar os valores morais conservadores em detrimento dos apelos por mudança dos movimentos sociais. O ato de



recordar ou a rememoração não consiste apenas em trazer para o momento da fala ou momento das lembranças aspectos do passado. A memória articula os tempos passado e presente na tentativa de construir um “fio” narrativo coerente, inclusive com acontecimentos e experiências vivenciados posteriormente pelo depoente em relação ao tempo vivido do qual se recorda.

Por isso, mesmo que no Brasil o movimento feminista tenha se dado de modo mais restrito e mais vigiado em relação a países que não vivenciaram governos ditatoriais, a referência aos movimentos sociais de mulheres pode ser compreendida como uma análise feita “a posteriori” pelos depoentes, tendo em vista a vasta bibliografia histórica que relaciona a juventude da década de 1960-1970 com os referidos movimentos sociais. A intenção não é diminuir a importância dos movimentos feministas que surgiram mesmo em meio ao autoritarismo nacional, mas sim problematizar os relatos orais dos sujeitos contemporâneos daquele período e reconhecer que existe uma forte relação entre passado e presente na construção das memórias sociais. Tendo em vista a seletividade do processo mnemônico, é necessário questionar-se: Porque o indivíduo recorda aquele aspecto da experiência vivida? A saída para tentar responder a esse questionamento não é simples e direta, pois a elaboração das memórias sociais requer articulações entre memória individual e coletiva, assim como está relacionada a aspectos sócio históricos pessoais e a trajetória de vida de cada sujeito.

No entanto, é necessário destacar que a construção social da memória tem relação com a construção das identidades sociais. Logo, analisar as memórias nos permite tentar representar os narradores, pois:

Quando recordamos, elaboramos uma representação de nós próprios para nós próprios e para aqueles que nos rodeiam. [...] a maneira como nos apresentamos nas nossas memórias e [...] a maneira como transmitimos essas memórias a outros é o estudo da maneira como somos. (FENTRESS; WICKHAM, 1992, p.20)

A memória social atua como geradora de sentido para quem recorda. Memória e Identidade social estão relacionadas. Recordar algo parece ser uma ação estritamente privada e pessoal, no entanto quando recordamos estamos elaborando representações sociais do passado e de nós mesmo em um determinado contexto histórico-social. As recordações carregam em si imbricadas memórias sociais e pessoais. A linguagem, as ideias construídas socialmente e as experiências partilhadas com os outros caracterizam o aspecto social da



memória. A relação entre memória social e formação de identidade se expressa no momento em que recordamos e estruturamos as recordações através da linguagem. A memória é seletiva, visto que, conscientemente ou não, as recordações são selecionadas de modo a estarem de acordo com as representações que elaboramos do passado. Ao recordarmos elaboramos uma representação social da nossa identidade, definimos nossa identidade social e coletiva. A estruturação da memória para dar suporte à formação de identidades é realizada pela seleção dos fatos a serem lembrados e da interpretação dos mesmos para quem recorda. (GOMES, 2013)

Se os debates em relação ao papel social da mulher na sociedade e os movimentos organizados de mulheres feministas existentes estavam sob o rígido controle do Estado ditatorial, como pensar a “mulher militante” desse período? A constituição do perfil social da mulher militante representou uma dupla transgressão, pois ameaçava a ordem social estabelecida dos papéis a serem desempenhados pelas mulheres numa perspectiva patriarcal, bem como ameaçava a manutenção do Estado autoritário mantida a todo custo pelos agentes da repressão.

Para compreender melhor essa dupla transgressão, é necessário analisar a categoria de gênero enquanto reveladora de uma hierarquia socialmente construída e reproduzida por diversas instâncias e sujeitos da sociedade, além de entender que os limites das categorias binárias de gênero (homem/mulher) não são fixos e estanques vistos que são elementos constituintes da experiência humana. Sendo, portanto, a mulher militante transgressora desse binarismo que pressupõe uma hierarquia entre os gêneros.

Embora é concebido que o gênero enquanto categoria social não apresenta fixidez e apresente performatividade, no entanto há uma tentativa de se estabelecer esse binarismo, especialmente através das Instituições que possuem historicamente poder regulador sobre as condutas sociais como a Igreja, a escola e a família, o que Scott chama de terceiro aspecto das relações de gênero. (1988, p. 86)

A tentativa de romper que estes padrões binários pré-estabelecidos não passa incólume, especialmente por grupos sociais que se beneficiam e se interessam com a manutenção desses padrões. Sobre isso, é salutar o que é rememorado pelas depoentes a respeito da sua atuação nos movimentos de contestação à ditadura militar em Fortaleza.



Maria do Carmo recorda que nas ações realizadas na rua era majoritária a presença de homens, por isso, ela estava sempre na companhia dos companheiros de organizações seja no movimento secundarista ou mesmo da Ação Popular (A.P)<sup>7</sup> e, justamente, por esse fato revela que recebia advertências de estranhos transmutadas de conselhos, mas que reforçavam à mulher que aquele ambiente da rua, tarde da noite acompanhada por homens, não condiz com o perfil a ser desempenhado pelo seu gênero. Enquanto estudante da escola Justiniano de Serpa, ela sofreu inclusive sanções e medidas disciplinares por parte do diretor da escola, pois o mesmo tinha presenciado a depoente na presença de outros garotos enquanto caminhava pela cidade. Ou seja, mesmo fora do ambiente escolar, ao adentrar em território público, a moça, à época, representava uma ameaça para as outras colegas da escola na visão do diretor: “Na escola, o diretor saía fazendo escândalo dizendo assim: Como é vocês podem querer amizade com ela que vive cercada de homem? Uma vez ele me viu andando com um bocado de meninos do LICEU”. (Entrevista realizada em: 15 de maio de 2013, Fortaleza-CE)

Sobre as ações na rua, a depoente conta que:

Como predominava menino, porque o movimento tinha mais homem do que mulher. Nós éramos completamente respeitadas. Por exemplo, se a gente fosse no LICEU, geralmente tinha umas 5 meninas que ficavam andando com eles, quando tinha uma manifestação, aí tinham muitas, mas para ficar no dia-a-dia com pichamento, panfletagem ou então ir pra ação no colégio, uma coisa que tivesse mais risco, aí não iam todas. E se chegasse alguém para querer desrespeitar a gente, os meninos batiam. (Entrevista realizada em: 15 de maio de 2013, Fortaleza-CE)

O nosso colégio era de mulheres, então o que notava é que devia haver uma barra muito grande em relação às meninas saírem, porque por exemplo quando eram nas ações quase que não tinham meninas, quando saía numa manifestação é porque tava saindo a partir da escola, então já tava concentrado, aí a gente ia no Liceu na parte da tarde que só tinha meninas também no Liceu, então quer dizer, elas estavam juntas então ficava mais fácil, agora delas saírem de casa para alguma ação, aí já não tinha tantas, aí talvez já fosse a repressão em casa, né, porque aí os meninos participavam mais. (Entrevista realizada em: 16 de maio de 2016, Fortaleza-CE)

Em outra entrevista realizada com a mesma ex-militante, é rememorado a mesma situação da presença masculina:

No Liceu, se a gente fosse entrar sem tá com o grupo de meninos corria o risco de ser hostilizada pelos grupos que eles sempre botavam de provocadores de direita pra tentar tipo fazer alguma coisa, humilhar, desrespeitar, só que quando a gente andava, já andava com um grupo grande de meninos. A gente fazia por exemplo, saía com um

<sup>7</sup> Ação Popular foi um grupo político clandestino ligado à parte progressista da Igreja Católica e a Teologia da Libertação.



grupo de invadir colégio, acabavam as aulas que tinha, aí geralmente quando a gente ia, ia com um grupo, tinha o Cesc, aí nesse momento aí as mulheres eram bem minoria, mas os meninos davam um grande apoio. Por exemplo, eu mesmo, a gente queria ir pro cinema, aí “ei, vamo?”, chamava os meninos porque senão alguém podia ir querer descaradamente dar em cima da gente, aí a gente chamava os meninos pra ficar junto, mas como apoio.(Entrevista realizada em: 16 de maio de 2016, Fortaleza-CE)

A irmã de Maria do Carmo, Helena Serra Azul, também relata aspectos semelhantes em relação a “proteção” masculina devotada às companheiras do movimento secundarista:

Tinha assim aquela coisa que é até legal, por exemplo, a gente ia fazer panfletagem contra o governo, eu lembro que a gente gostava de fazer ali no centro da cidade no parque das crianças e ele sempre ia comigo, dizia que ia me proteger então essas coisas aconteciam. A gente era muito nova, eu era pequena, magrinha, então os meninos andavam com a gente pra proteger, mas era uma coisa legal que até hoje existe. (Entrevista realizada em: 14 de maio de 2013, Fortaleza-CE).

A baixa presença de figuras femininas nas ações de contestação à ditadura militar, especialmente, as que se davam nas ruas pode ser atribuída a esse fator, dentre outros, o que Maria do Carmo conclui como sendo um aspecto da repressão familiar pois a presença feminina era maior quando os atos partiam da escola, ou seja, quando as estudantes não estavam sob a tutela familiar e se encontravam com as alunas do turno da tarde do Liceu, já que os turnos da manhã e da noite eram reservados aos homens. A própria divisão escolar baseada em “escolas femininas” e “escolas masculinas” é outro aspecto que reforça a necessidade das instituições de assegurar o binarismo do gênero.

Alguns aspectos são destacados nas narrativas das depoentes supracitadas: o espaço público, mais especificamente, a rua é um território masculino, logo, as mulheres sofrem sanções ao utilizar um espaço que não é destinado ao seu gênero. Com o avanço da industrialização e a presença da mulher no mercado de trabalho, as ruas passaram a ser utilizadas mais amplamente por homens e mulheres, mas devido a construção histórica de que a figura feminina tem que se reservar ao domínio do privado, algumas reminiscências deste aspecto permanecem nas práticas culturais. A necessidade da presença da figura masculina para transitar de modo aceitável no espaço público é um desses aspectos que tem por finalidade delimitar os papéis sociais e as funções permitidas aos homens e às mulheres, não apenas de modo diferenciado, mas na constituição de uma hierarquia. Logo, a mulher só pode subverter e usufruir da rua quando tutelada pelo homem, “natural” usufruidor deste território. Sendo assim, as mulheres militantes constituíam-se como duplamente transgressoras.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

FENTRESS, James e WICKHAM, Chris. **Memória Social**: novas perspectivas sobre o passado. Trad. Telma Costa. Lisboa: Teorema, 1994.

GOMES, Athaysi. **“Sonhos não envelhecem”**: memória social e movimento estudantil fortalezense durante a ditadura militar, 2013. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2013.

PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. “As dores e as delícias de lembrar a ditadura no Brasil: uma questão de gênero”. *História Unisinos*, São Leopoldo, RS, v. 15, n. 3, p. 398-405, set./dez. 2011.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para a análise histórica. New York: Columbia, University Press, 1988. Tradução: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Àvila.